



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

21/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Prefeito de São Paulo condiciona apoio à privatização da Sabesp à redução de tarifas

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, afirmou nesta quarta-feira (20) que apresentou ao governo do Estado de São Paulo algumas condições para apoiar a privatização da Sabesp.

Nunes disse que prefeitura só irá referendar a capitalização da maior companhia de água e esgoto do Brasil caso haja uma perspectiva de redução na tarifa do consumidor e ampliação e antecipação de investimentos.

Outras condições são garantias relacionadas ao contrato com a prefeitura e "um olhar" para os funcionários da companhia.

"Isso já deixei claro para o Tarcísio", afirmou Nunes, referindo-se ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

"Uma vez que tudo isso seja atendido...se for melhor para a cidade, a gente vai apoiar. Mas se não for, não vamos apoiar (a privatização)", acrescentou Nunes a jornalistas no Rio Construção Summit.

O presidente da Sabesp, André Salcedo, afirmou no final de agosto que a proposta no plano de privatização da empresa é antecipar o prazo de universalização de serviços de 2033 para 2029.

A Sabesp recebeu recentemente autorização para contratar bancos coordenadores de uma futura oferta pública de ações, em um modelo semelhante à privatização da Eletrobras.

O processo de desestatização da empresa deu um grande avanço quando a cidade de São Paulo aderiu em agosto à regionalização de serviços de água e esgoto no âmbito do marco do saneamento.

Nunes também disse que vem conversando com o governo do Rio sobre a experiência da Cedae, que concedeu à iniciativa privada os segmentos de distribuição de água e tratamento e coleta de esgoto.

Procurado para comentar as declarações do prefeito Ricardo Nunes, o governo de São Paulo disse, por meio de nota, que entre as premissas do projeto de desestatização da Sabesp estão a redução tarifária, de imediato e em médio e longo prazo, além da ampliação dos investimentos para antecipar a universalização quatro anos antes do prazo previsto pelo Marco do Saneamento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de setembro.

BC reduz Selic em 0,5 ponto, a 12,75%, e reforça importância de cumprir meta fiscal

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central seguiu a estratégia anunciada no encontro anterior e reduziu nesta quarta-feira (20) a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, de 13,25% para 12,75% ao ano. Todos os nove integrantes votaram pelo corte.

O Copom voltou a mencionar a questão fiscal em seu comunicado, reforçando a importância de o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumprir as metas estabelecidas.

No encontro de agosto, o risco fiscal tinha sido retirado do comunicado pela primeira vez em mais de três anos.

"Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação [em direção às metas de inflação] e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas", disse.

A equipe econômica traçou como objetivo zerar o déficit primário já no ano que vem –meta considerada ambiciosa por economistas e vista com ceticismo até por membros do próprio governo, incluindo ministros, técnicos e congressistas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de setembro.

INSS alerta governo para alta em despesas da Previdência em 2023 e pede mais R\$ 3,2 bi

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) alertou a equipe econômica da necessidade de reforçar o orçamento do órgão em mais R\$ 3,2 bilhões neste ano para honrar o pagamento de benefícios previdenciários e compensações devidas a estados e municípios.

Em ofício obtido pela Folha, o órgão afirma que o enfrentamento à fila de segurados impulsionou o número de concessões de benefícios, tornando necessária a ampliação dessa despesa em R\$ 1,646 bilhão.

O órgão diz ainda que a previsão de gastos com a compensação previdenciária cresceu R\$ 1,595 bilhão, o que também demandará ajuste no Orçamento. Essa compensação é devida quando um antigo segurado do INSS acaba se aposentando pelo regime próprio de algum estado ou município.

As informações constam em nota técnica produzida pelo INSS para subsidiar o relatório de avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre, que será divulgado na próxima sexta-feira (22).

Segundo interlocutores do governo, embora o documento tenha sido formalizado na última segunda (18), emissários da Previdência já haviam relatado à equipe econômica o aumento das despesas com benefícios na semana passada, o que acendeu um sinal amarelo nos bastidores.

Como se trata de uma despesa obrigatória, o governo precisa acomodá-la sob os limites de gasto ainda vigentes para 2023 —o que pode significar novos bloqueios. O governo já precisou travar R\$ 3,2 bilhões dos ministérios até julho para evitar o descumprimento de regras fiscais.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de setembro.

INSS fixa meta de R\$ 20 bilhões para pente-fino 2024

Enquanto o INSS começa a organizar o seu orçamento de 2024, cujo gasto inicial é da ordem de R\$ 897,7 bilhões, o governo adotou a estratégia de enxugar gastos por meio de cortes em benefícios previdenciários, que, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), estão sendo pagos indevidamente.

A meta é economizar algo entre R\$ 12,5 bilhões a R\$ 20 bilhões com cortes de benefícios previdenciários. A economia de recursos a partir da cessação de benefícios é arriscada, pois não há precisão de quais estão sendo pagos indevidamente, nem sua repercussão financeira.

Ao se estabelecer previamente uma meta financeira, o ano de 2024 pode começar com uma espécie de caça às bruxas para que a meta seja alcançada a todo custo, principalmente pelo fato desse valor ter sido desfalcado do orçamento.

Essas medidas de redução estão sendo tomadas a partir de orientação do TCU, embora o governo não tenha tornado público qual o estudo realizado pela corte de contas nem os critérios adotados. São projeções realizadas pelo Tribunal de Contas e, naturalmente, podem ter erros. Se existem, a sociedade simplesmente terá de concordar com eles, uma vez que os dados não se tornaram públicos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de setembro.

Economia cresce 2,7% no trimestre encerrado em julho

O Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - cresceu 2,7% no trimestre encerrado em julho deste ano, ou seja, de maio a julho, na comparação com o mesmo período do ano passado. O dado é do Monitor do PIB, da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado nesta quarta-feira (20).

Considerando-se apenas o mês de julho, a atividade econômica do país recuou 0,3% em relação a junho deste ano, mas avançou 1,8% na comparação com julho do ano passado.

Segundo a FGV, o crescimento de 2,7% na comparação do trimestre móvel encerrado em julho com o mesmo período de 2022 foi puxado pelo consumo das famílias, que avançou 2,6%, e pelas exportações, que cresceram 15,1% no período. A queda de 0,9% das importações também contribuiu para o desempenho positivo do PIB nacional.

Por outro lado, a formação bruta de capital fixo - isto é, os investimentos - recuou 3,2%, principalmente devido à queda de 9,4% no segmento de máquinas e equipamentos. De acordo com a FGV, o PIB acumulado do país nos sete primeiros meses deste ano é de R\$ 6,11 trilhões.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 21 de setembro.

SINOPSE SINTIUS 21-09-2023

1942 - 2023